Grupo Parlamentar
CDS-PP
AÇORES

Nota de Imprensa

O Grupo Parlamentar do CDS-PP repudia atitude colonialista do Bastonário da Ordem dos Médicos, Miguel Guimarães.

Em visita recente à Região Autónoma dos Açores, e sublinhamos Região Autónoma dos Açores e não uma qualquer colónia, o Bastonário da Ordem dos Médicos, Miguel Guimarães, pronunciou-se de forma sectária e tendenciosa, sobre alegados problemas no Hospital do Divino Espírito Santo, trazidos a público por uma fação de médicos, defendendo interesses próprios, e que têm insistentemente tentado boicotar o excelente trabalho que está a ser levado a cabo pelo atual Conselho de Administração (CA), que se traduz numa melhoria acentuada dos indicadores assistenciais, e em última análise, a melhores cuidados de saúde prestados aos Açorianos.

O discurso faccioso e tendencioso percebe-se pela análise à comitiva com que se fez acompanhar a esta audiência. O Bastonário deveria ter-se preocupado em tentar perceber, por exemplo, por que motivo não existe serviço de Dermatologia no HDES. Talvez a essa pergunta lhe pudessem responder em uníssono, a Dr.ª Margarida Moura e a Dr.ª Patrícia Santos. O CDS não compactua com profissionais que fazem da medicina uma atividade mercenária, e que ainda se acham no direito de insultar nas redes sociais quem foi democraticamente eleito para representar o povo Açoriano.

O CDS não compactua, nem compactuará, com interesses instalados que coloquem em causa o Serviço Regional de Saúde em favor da medicina privada, que se deve sustentar a si própria e não servindo-se do SRS para sobreviver, com o patrocínio de alguns médicos, algo que o CDS veementemente repudia.

O Bastonário deveria estar sim preocupado com as acumulações de funções que alguns dos seus associados, anteriormente referidos, preconizam no HDES e no Hospital Internacional dos Açores. Deveria zelar pelos superiores interesses e pela segurança dos utentes e dos profissionais de saúde, esse é o dever da Ordem e do Bastonário.

O CDS aguarda até ao próximo dia 29 de agosto, que é quando finda o prazo de resposta ao requerimento "Acumulação de funções públicas e privadas no Hospital do Divino Espírito Santo", uma vez que este poderia trazer alguma clareza à situação que se vive atualmente naquele hospital e esclarecer devidamente os Açorianos.

Repudiamos a atitude, colonialista e violadora da Autonomia, do Bastonário, quando se pronuncia sobre um CA, algo que não lhe compete a ele ou à Ordem a que preside, extravasando as suas competências institucionais e vindo fazer juízos de valor sobre um Conselho de Administração nomeado pelo Governo dos Açores, do qual o CDS faz parte e suporta parlamentarmente.

Grupo Parlamentar
CDS-PP
AÇORES

Salientamos o esforço do CA do HDES, e de todos os seus colaboradores, que em conjunto se tem mostrado incansáveis para encontrar soluções que permitam reduzir as listas de espera e em dar atempadamente resposta às necessidades dos utentes Açorianos, como o provam as newsletters publicadas e divulgadas para conhecimento de todos, revelando uma transparência de gestão digna de registo, pese embora desagrade ao Bastonário.

O Grupo Parlamentar do CDS não é contra os estabelecimentos de saúde privados, mas combaterá a promiscuidade entre público e privado e denunciará, com todos os meios ao seu dispor, os abusos e tentativas de usurpação que possam lesar o Serviço Regional de Saúde. Sabemos que o Bastonário da Ordem dos Médicos não é um defensor do serviço público de saúde, mas não podemos tolerar as afirmações tendenciosas que proferiu e que não salvaguardam nem refletem os interesses dos Açorianos e da sua saúde.

Consideramos que há interesses instalados, mas os Açorianos podem contar, como sempre, com a inflexibilidade do CDS em não compactuar com expedientes que lesam o Serviço Regional de saúde, os Açores e os Açorianos.

Ninguém pode usar o lugar que ocupa em qualquer instituição pública, ou de intervenção pública, por maior honorabilidade que esta tenha, para quaisquer jogos de interesses ou de poder.

A gestão da Coisa Pública compete àqueles que o Governo Regional entendeu serem os que apresentam competência para tal.

Horta, 25 de agosto de 2021